

B

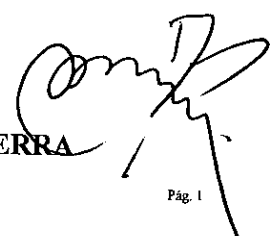
## VI - BALANÇO

---

Relatório de Atividades e Contas /2014

Ano 2014

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA



Pág. 1

Balanço em 31 de dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	4.895.018,77	5.022.350,14
Propriedades de Investimento	6	67.545,95	68.588,55
<b>Total Ativo Não Corrente:</b>		<b>4.962.564,72</b>	<b>5.090.938,69</b>
<b>Ativo Corrente:</b>			
Inventários	7	13.143,37	21.626,54
Clientes/ Utentes	8	121.253,90	122.028,70
Estado e Outros Entes Públicos	9	10.039,26	9.997,32
Outras Contas a Receber	10	43.444,27	45.600,05
Diferimentos	11	35.496,39	21.136,51
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	12	76.932,70	43.765,32
Caixa e Depósitos Bancários	13	121.541,39	77.243,61
<b>Total Ativo Corrente:</b>		<b>421.851,28</b>	<b>341.398,05</b>
<b>Total do Ativo:</b>		<b>5.384.416,00</b>	<b>5.432.336,74</b>
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Fundos	14	459.270,01	459.270,01
Resultados Transitados	14	733.650,78	885.711,09
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	14	1.546.352,73	1.600.735,39
<b>Sub-Total:</b>		<b>2.739.273,52</b>	<b>2.945.716,49</b>
Resultado Líquido do Período		176.233,60	-152.060,31
<b>Total do Capital Próprio:</b>	14	<b>2.915.507,12</b>	<b>2.793.656,18</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo Não Corrente:</b>			
Financiamentos Obtidos	15	1.365.470,75	1.473.073,18
<b>Total Passivo Não Corrente:</b>		<b>1.365.470,75</b>	<b>1.473.073,18</b>
<b>Passivo Corrente:</b>			
Fornecedores	16	204.869,02	292.613,31
Estado e Outros Entes Públicos	17	42.035,48	39.313,55
Financiamentos Obtidos	15	176.300,56	183.224,29
Outras Contas a Pagar	18	666.581,39	624.615,68
Diferimentos	19	13.651,68	25.840,55
<b>Total Passivo Corrente:</b>		<b>1.103.438,13</b>	<b>1.165.607,38</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.468.908,88</b>	<b>2.638.680,56</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>5.384.416,00</b>	<b>5.432.336,74</b>

B

## VII – ANEXOS AO BALANÇO

---

Relatório de Atividades e Contas /2014

Ano 2014



## Anexo em 31 de Dezembro de 2014

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em euros.

#### **1. Identificação da Entidade**

A Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra, foi fundada no ano de 1958, constituída na ordem jurídica canónica com o objetivo de, na prática da caridade, satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

O âmbito da atividade social da Instituição não se confina apenas ao apoio social, mas também abrange, outros meios de fazer bem, designadamente desenvolver atividades nos setores de saúde, cultura, recreio e da educação.

#### **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação (BADF):

##### **3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

##### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é

material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não são compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser aplicadas de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:


- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.



As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Rubricas	Anos
Edifícios e outras construções	6 a 100
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos e perdas*" ou "*Outros gastos e perdas*".

### 3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios, outras construções, terrenos e recursos naturais detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu custo, deduzido do valor das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. As benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes são reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

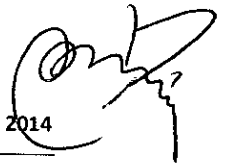
As taxas de amortização utilizadas em anos anteriores correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Rubricas	Anos
Outros ativos intangíveis	5

### 3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas ou entidades associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.





Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de efetuar ajustamentos tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Estes ajustamentos são efetuados por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

### 3.2.5. Inventários

Os "Inventários" que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são reconhecidas como rendimento quando ocorre o recebimento.



#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

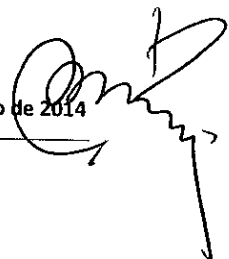
Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo de recursos.

### 3.2.9. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, atendendo ao princípio da especialização dos exercícios.



### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, prevalecendo a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações efetuado conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes destes contratos são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período, na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

#### **3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.11. Subsídios ao Investimento**

A entidade no âmbito da sua atividade recorre a apoios financeiros concedidos por organismos estatais, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

(i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outras contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.

(ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.

(iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.

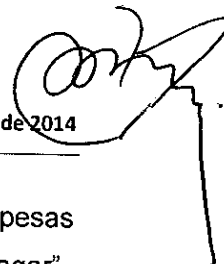
(iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

### **3.2.12. Subsídios à exploração (P.O.P.H)**

A entidade no âmbito da sua atividade recorre a apoios financeiros concedidos por organismos estatais, para a execução de projetos, nomeadamente de formação dos seus funcionários:

(i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração" em contrapartida da rubrica de "Outras contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função das despesas executadas, corrigidos de eventuais despesas não elegíveis para comparticipação.

(ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de "Disponibilidades".



(iii) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a despesas executadas (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Entidade procedeu à alteração das seguintes políticas contabilísticas:

(i) A Entidade adquire fraldas e outros artigos similares, para fornecimento aos utentes das valências. Em 2014, por indicação de uma entidade oficial, foi decidido reconhecer apenas como rendimento a diferença entre o valor faturado aos utentes e o custo de aquisição das fraldas. Em anos anteriores o gasto com a aquisição de fraldas era reconhecido na rubrica "Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" e o valor debitado aos utentes era reconhecido na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos".

Para efeitos de comparativos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, foi reclassificado o gasto com fraldas e outros artigos similares, no montante de 42.159,22 euros, da rubrica "Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" para a rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

(ii) A Entidade fornece refeições no âmbito do programa de "Cantinas Sociais". Em 2014, por indicação de uma entidade oficial, foi decidido reconhecer o rendimento na rubrica de "Vendas e Serviços Prestados". Em anos anteriores o rendimento foi considerado na rubrica de "Subsídios à Exploração".

Para efeitos de comparativos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, foi reclassificado o rendimento com o funcionamento das "Cantinas Sociais", no montante de 6.162,50 euros, da rubrica "Subsídios à Exploração" para a rubrica "Vendas e Serviços Prestados".

(iii) Em anos anteriores os encargos com financiamentos obtidos estavam apresentados na rubrica "Outros Gastos e Perdas". Em 2014 estes encargos foram apresentados na rubrica "Juros e gastos similares suportados", pelo que, foram reclassificados para efeitos de comparativos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 os gastos correspondentes do ano 2013, no valor de 7.986,49 euros.

Pelo exposto nos pontos (i), (ii) e (iii) acima, as rubricas da Demonstração dos Resultados referidas, foram alteradas para efeitos de comparativos nos seguintes termos:

Descrição	DR 2013	Refeitorios (Cantinas Sociais)	Comparativos DR 2014
Vendas e Serviços Prestados	1.381.184,12	6.162,50	1.387.346,62
Subsídios à Exploração	1.173.502,13	-6.162,50	1.167.339,63
<b>Total</b>	<b>2.554.686,25</b>	<b>0,00</b>	<b>2.554.686,25</b>

Descrição	DR 2013	Outros encargos de Financiamento	Comparativos DR 2014
Outros Gastos e Perdas	11.936,65	-7.986,49	3.950,16
Juros e gastos similares suportados	57.954,01	7.986,49	65.940,50
<b>Total</b>	<b>69.890,66</b>	<b>0,00</b>	<b>69.890,66</b>

Descrição	DR 2013	Outros encargos de Financiamento	Comparativos DR 2014
Outros rendimentos e ganhos	254.668,03	-42.159,22	212.508,81
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-412.300,47	42.159,22	-370.141,25
<b>Total</b>	<b>-157.632,44</b>	<b>0,00</b>	<b>-157.632,44</b>

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2014, as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram as seguintes:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Doações	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	227.255,63	-	-	-	-	227.255,63
Edifícios e outras construções	5.475.869,73	-	8.960,00	-	(8.960,00)	5.475.869,73
Equipamento básico	738.394,23	17.315,12	-	-	-	755.709,35
Equipamento de transporte	317.282,08	-	-	-	(1.000,00)	316.282,08
Equipamento administrativo	277.646,48	-	-	-	-	277.646,48
Outros Ativos fixos tangíveis	77.001,98	5.117,55	-	-	-	82.119,53
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.113.450,13</b>	<b>24.172,46</b>	<b>8.960,00</b>	<b>-</b>	<b>(9.960,00)</b>	<b>7.136.622,59</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	197,43	-	-	-	-	197,43
Edifícios e outras construções	906.724,27	108.992,69	-	-	-	1.015.716,96
Equipamento básico	532.796,57	33.302,37	-	-	-	566.098,94
Equipamento de transporte	309.507,08	3.387,50	-	-	-	312.894,58
Equipamento administrativo	265.422,49	-	-	-	-	265.422,49
Outros Ativos fixos tangíveis	76.452,15	882,96	-	-	-	77.335,11
<b>Total</b>	<b>2.091.099,99</b>	<b>150.503,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.241.603,82</b>
<b>Quantia Líquida</b>	<b>5.022.350,14</b>	<b>(126.331,37)</b>	<b>8.960,00</b>	<b>-</b>	<b>(9.960,00)</b>	<b>4.895.018,77</b>

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2013, as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram as seguintes:

31 de Dezembro de 2013						
Custo	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Doações	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2013
Terrenos e recursos naturais	227.255,63	-	-	-	-	227.255,63
Edifícios e outras construções	5.475.869,73	-	-	-	-	5.475.869,73
Equipamento básico	730.432,96	7.961,27	-	-	-	738.394,23
Equipamento de transporte	317.282,08	-	-	-	-	317.282,08
Equipamento administrativo	269.177,77	8.468,71	-	-	-	277.646,48
Outros Ativos fixos tangíveis	76.913,64	88,34	-	-	-	77.001,98
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.096.931,81</b>	<b>16.518,32</b>	-	-	-	<b>7.113.450,13</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	197,43	-	-	-	-	197,43
Edifícios e outras construções	797.273,24	109.451,03	-	-	-	906.724,27
Equipamento básico	500.315,41	32.481,16	-	-	-	532.796,57
Equipamento de transporte	306.119,58	3.387,50	-	-	-	309.507,08
Equipamento administrativo	259.949,05	5.473,44	-	-	-	265.422,49
Outros Ativos fixos tangíveis	76.321,00	131,15	-	-	-	76.452,15
<b>Total</b>	<b>1.940.175,71</b>	<b>150.924,28</b>	-	-	-	<b>2.091.099,99</b>
<b>Quantia Líquida</b>	<b>5.156.756,10</b>	<b>(134.405,96)</b>	-	-	-	<b>5.022.350,14</b>

## 6. Propriedades de Investimento

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Propriedades de Investimento", no período findo em 31 de dezembro de 2014, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2014					
	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2014
Terrenos	17.501,47	-	-	-	17.501,47
Edifícios e Outras Construções	53.580,72	-	-	-	53.580,72
Depreciações Acumuladas	(2.493,64)	(1.042,60)	-	-	(3.536,24)
<b>Total</b>	<b>68.588,55</b>	<b>(1.042,60)</b>	-	-	<b>67.545,95</b>

As Propriedades de Investimento reconhecidas em 2014, são referentes a doações de imóveis, sendo de referir que a parte reconhecida na rubrica "Terrenos", corresponde a 25% do valor patrimonial tributário que serviu de base ao reconhecimento inicial.

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Propriedades de Investimento", no período de 2013, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2013					
	Saldo em 01-Jan-2013	Aumentos	Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2013
Terrenos	-	17.501,47	-	-	17.501,47
Edifícios e Outras Construções	1.451,04	52.129,68	-	-	53.580,72
Depreciações	(1.451,04)	(1.042,60)	-	-	(2.493,64)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>68.588,55</b>	-	-	<b>68.588,55</b>



A Direção entende que em 31 de dezembro de 2014, o justo valor dos imóveis reconhecidos em Propriedades de Investimento, é semelhante ao seu valor patrimonial tributário, que ascende a cerca 70 milhares de euros.

## 7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Inventários" era referente a Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo (Géneros Alimentares, Material Clínico e outros produtos para consumo).

Em 31 de dezembro de 2013, os inventários iniciais, os inventários finais, o custo dos consumos e as compras foram os seguintes:

### Ano 2014:

Descrição	Géneros Alimentares	Material Clínico	Fraldas	Outros	Total
Inventários Iniciais	4.579,60	8.965,00	2.748,89	5.333,05	21.626,54
Compras	305.257,21	38.675,28	17.305,35	22.716,29	383.954,13
Regularizações de Inventários	0,00	0,00	-2.748,89	-5.333,05	-8.081,94
Inventários Finais	-5.394,08	-7.749,29	0,00	0,00	-13.143,37
<b>CMVMC</b>	<b>304.442,73</b>	<b>39.890,99</b>	<b>17.305,35</b>	<b>22.716,29</b>	<b>384.355,36</b>

Em 31 de dezembro de 2013, os inventários iniciais, os inventários finais, o custo dos consumos e as compras foram os seguintes:

### Ano 2013:

Descrição	Géneros Alimentares	Material Clínico	Fraldas	Outros	Total
Inventários Iniciais	5.859,03	7.248,16	0,00	1.218,85	14.326,04
Compras	314.041,71	47.868,30	44.908,11	12.782,85	419.600,97
Reclassificação NOTA 4			-42.159,22		-42.159,22
Regularizações de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários Finais	-4.579,60	-8.965,00	-2.748,89	-5.333,05	-21.626,54
<b>CMVMC</b>	<b>315.321,14</b>	<b>46.151,46</b>	<b>0,00</b>	<b>8.668,65</b>	<b>370.141,25</b>

## 8. Clientes/ Utentes

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as dívidas em Clientes/ Utentes, eram as seguintes:

Descrição	2014	2013
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>157.235,79</b>	<b>143.078,47</b>
Clientes	96.367,75	92.986,16
Utentes	60.868,04	50.092,31
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>35.981,89</b>	<b>21.049,77</b>
Utentes	35.981,89	21.049,77
<b>Total Líquido</b>	<b>121.253,90</b>	<b>122.028,70</b>

**Perdas por Imparidade Acumuladas**

	2014	2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>21.049,77</b>	<b>21.049,77</b>
Aumento do Período	14.932,12	-
Reversão no Período	-	-
<b>Varição do período</b>	<b>14.932,12</b>	<b>-</b>
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>35.981,89</b>	<b>21.049,77</b>

Dos saldos de clientes, 79 mil euros são devidos por entidades públicas (ARS Centro, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco e Segurança Social).

**9. Estado e Outros Entes Públicos (Ativo)**

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	41,94	-
IVA - Restituições a Pedir	9.997,32	9.997,32
<b>Total</b>	<b>10.039,26</b>	<b>9.997,32</b>

O IVA indicado é objeto de restituição ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

O montante apresentado é referente ao IVA de parte dos dispêndios suportados com a construção da UCCI, cujo pedido de restituição a apresentar está dependente da liquidação ao fornecedor dos respetivos dispêndios.

**10. Outras Contas a Receber**

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Fornecedores gerais	316,57	645,57
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	23.792,84	-
Subsídios a Receber - POPH	4.591,51	14.814,39
Vagas Cativas - Segurança Social	5.082,01	22.129,16
Outros Devedores	9.661,34	8.010,93
<b>Total</b>	<b>43.444,27</b>	<b>45.600,05</b>

O saldo de Devedores por Acréscimos de Rendimentos é referente à especialização das receitas dos estágios, a pagar pelo IEFP.

**11. Diferimentos (Ativos)**

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Alugueres	12.256,76	-
Seguros	6.789,15	7.582,56
Limpeza, Higiene e Conforto	11.365,00	13.553,95
Fraldas	2.393,97	-
Outros gastos diferidos	1.976,71	-
Rouparia	714,80	-
<b>Total</b>	<b>35.496,39</b>	<b>21.136,51</b>

**12. Ativos Financeiros Detidos para Negociação**

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os saldos da rubrica de "Ativos Financeiros Detidos para Negociação" eram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Acções EDP	4.473,02	3.711,30
Obrigações CGD	72.000,00	40.000,00
FCT-Fundo de Compensação do Trabalho	459,68	54,02
<b>Total</b>	<b>76.932,70</b>	<b>43.765,32</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a variação do justo valor das ações da EDP, originou o reconhecimento dos seguintes ganhos:

Descrição	2014	2013
Ações EDP	761,72	528,2

### 13. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os saldos da rubrica de "Caixa e depósitos bancários" eram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Caixa	3.640,65	1.163,85
Depósitos à ordem	67.900,74	26.079,76
Depósitos a prazo	50.000,00	50.000,00
<b>Total</b>	<b>121.541,39</b>	<b>77.243,61</b>

### Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

Descrição	2014	2013
Descobertos Bancários	-	(1.122,20)
Total Caixa e Depósitos Bancários	121.541,39	77.243,61
Saldo Fluxos de Caixa	121.541,39	76.121,41

### 14. Fundos Patrimoniais

Os saldos dos "Fundos Patrimoniais" em 31 de dezembro de 2014 e em de dezembro de 2013 eram os seguintes:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Fundos	459.270,01	459.270,01
Resultados transitados	733.650,78	885.711,09
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1.546.352,73	1.600.735,39
'Subsídios ao Investimento	1.441.862,95	1.494.203,01
'Doações	104.489,78	106.532,38
Resultado Líquido	176.233,60	(152.060,31)
<b>Total</b>	<b>2.915.507,12</b>	<b>2.793.656,18</b>

### Resultados transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em de dezembro de 2013, os movimentos nos resultados transitados tiveram origem nos seguintes registos:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<u><b>945.213,41</b></u>
Aplicação R. Líquido 2012	-59.502,32
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<u><b>885.711,09</b></u>

### Subsídios ao investimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em de dezembro de 2013, as variações nos subsídios ao investimento resultaram dos seguintes movimentos:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<u><b>1.548.688,09</b></u>
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-54.485,08
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<u><b>1.494.203,01</b></u>
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-52.333,74
rendimentos)	<u>-6,32</u>

### Doações

Em 31 de dezembro de 2014, os movimentos na rubrica de "Doações" tiveram origem no reconhecimento de bens doados (imóveis – 8.960 euros), e a diminuição pela imputação aos Outros Rendimentos da parte depreciada no exercício (1.042,60 euros) e pelo desreconhecimento da parte correspondente aos ativos alienados (9.960 euros). Em resumo as variações foram as seguintes:

Descrição	31-12-2012	Aumentos	Diminuições	31-12-2013	Aumentos	Diminuições	31-12-2014
Doações	37.943,83	69.631,15	-1.042,60	106.532,38	8.960,00	-11.002,60	104.489,78

Os imóveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário, em contrapartida da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis" e de "Propriedades de Investimento".

## 15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	176.300,56	1.365.470,75	1.541.771,31	182.102,09	1.473.073,18	1.655.175,27
Descobertos Bancários	-	-	-	1.122,20	-	1.122,20
<b>Total</b>	<b>176.300,56</b>	<b>1.365.470,75</b>	<b>1.541.771,31</b>	<b>183.224,29</b>	<b>1.473.073,18</b>	<b>1.656.297,47</b>

A totalidade da dívida relativa aos financiamentos e outros encargos emergentes destes financiamentos, está garantida com hipotecas sobre diversos imóveis cuja propriedade pertence à Entidade.

Em início de 2015 foi renegociado o plano de reembolso do principal financiamento, cujo valor inicial contratado foi de 1,5 milhões de euros. Com a renegociação, o pagamento passou a ser realizado em prestações mensais, mantendo-se o prazo para reembolso da totalidade do capital anteriormente em vigor.

## 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os saldos da rubrica de "Fornecedores" eram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	204.869,02	292.613,31
<b>Total</b>	<b>204.869,02</b>	<b>292.613,31</b>

## 17. Estado e Outros Entes Públicos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.189,45	8.307,60
Segurança Social	33.846,03	30.947,58
Outros Impostos e Taxas	-	58,37
<b>Total</b>	<b>42.035,48</b>	<b>39.313,55</b>

## 18. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Pessoal	279,26	113,17
Remunerações a pagar	-	-
Outras operações	279,26	113,17
Fornecedores de Investimentos	155.141,06	139.266,25
Credores por acréscimos de gastos	266.756,91	244.630,00
Outros credores	244.404,16	240.606,26
<b>Total</b>	<b>666.581,39</b>	<b>624.615,68</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Outros credores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Retenção para Garantia - Fornecedor de Investimentos	55.945,62	55.945,62
Outras contas	4.537,56	16.637,78
Utentes	183.920,98	168.022,86
<b>Total</b>	<b>244.404,16</b>	<b>240.606,26</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Credores por acréscimos de gastos", corresponde aos seguintes acréscimos:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Estimativa de encargos c/ férias e subsidio de férias	249.185,23	231.836,21
Juros a Liquidar	7.104,00	7.742,83
Honorários	5.176,50	-
Eletricidade/ comunicação/ Outros	5.291,18	5.050,96
<b>Total</b>	<b>266.756,91</b>	<b>244.630,00</b>

## 19. Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Diferimentos", corresponde aos seguintes diferimentos:

Descrição	2014	2013
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Receitas de Acordos de Cooperação	13.651,68	4.091,06
IEFP - Pagamentos adiantados - Estágios	-	21.749,49
<b>Total</b>	<b>13.651,68</b>	<b>25.840,55</b>

## 20. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Passivos contingentes

A entidade contratou com uma entidade externa a construção da UCCI. O fornecedor reclama o pagamento no valor de 70.737 euros, relativo a juros de mora, que a Santa Casa entende não ser devido, por incumprimentos imputáveis ao fornecedor. Está em curso um processo movido contra o fornecedor para que este proceda à reparação das deficiências identificadas no imóvel.

Em 31 de dezembro de 2014 estão reconhecidos como passivo nas Outras Contas a Pagar, valores em dívida a este fornecedor, no total de 191.404,54 euros (fornecedor de investimento – 135.458,92 euros, Outros credores – retenções para garantia – 55.945,62 euros).

## 21. Vendas e Serviços Prestados

A Entidade reconheceu, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, as seguintes vendas e prestações de serviços:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Utentes (Lar, Centro de Dia, Apoio Dom., Infância)	1.327.058,09	1.286.421,80
Utentes (Unidade de Fisioterapia)	44.287,69	45.955,48
UCCI	160.377,74	30.903,90
Quotizações	8.734,50	7.803,50
Outros (Refeições) - NOTA 4	32.913,50	16.261,94
<b>Total P. Serviços</b>	<b>1.573.371,52</b>	<b>1.387.346,62</b>

## 22. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Acordo Cooperação	983.695,92	981.935,79
P. O. P. H	21.362,62	24.906,22
IEFP - Empresa de Inserção	48.452,36	16.940,33
IEFP - Estágios	74.006,35	25.399,25
UCCI	493.460,94	110.712,32
Outros	5.000,00	7.445,72
<b>Total Subsídios</b>	<b>1.625.978,19</b>	<b>1.167.339,63</b>



### 23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços Médicos	157.722,88	71.843,98
Limpeza, higiene e conforto	93.207,67	73.255,41
Outros Flúidos - Gás	86.542,01	94.168,61
Electricidade	84.159,07	78.626,12
Conservação e reparação	62.800,93	41.302,94
Outros serviços	57.974,11	37.221,86
Trabalhos especializados	54.409,77	57.164,89
Rendas e alugueres	24.910,19	21.728,69
Comunicação	20.237,21	23.326,29
Combustíveis	18.546,56	20.579,72
Honorários	18.112,87	14.746,17
Seguros	16.345,60	15.565,49
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9.834,00	8.382,09
Material de escritório	3.674,95	4.522,16
Água	2.662,31	5.392,12
Artigos para oferta	1.499,80	1.214,79
Contencioso e notariado	943,88	1.169,22
Publicidade e propaganda	455,10	1.697,40
<b>Total</b>	<b>714.038,91</b>	<b>571.907,95</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 5.904 euros (com IVA incluído), em cada um dos períodos.

### 24. Gastos com o Pessoal

A repartição dos "Gastos com o Pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao Pessoal	1.352.431,66	1.249.798,59
Encargos sobre as Remunerações	301.389,18	272.103,95
Seguros de Acidentes no Trabalho	8.219,85	22.617,63
Outros Gastos com o Pessoal	247.596,79	212.518,36
<b>Total</b>	<b>1.909.637,48</b>	<b>1.757.038,53</b>

O número de trabalhadores em 31 de dezembro 2014 era de 178 e em 31 de dezembro 2013 era de 161 pessoas.

## 25. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a entidade reconheceu na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" os seguintes rendimentos:

Descrição	2014	2013
Fraldas – débito a utentes - NOTA 4	16.244,95	6.109,20
Material de Enfermagem – débito a utentes	8.479,74	10.182,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	6,51	661,65
Rendas de imóveis	62.305,54	61.856,90
Imputação de subsídios para investimentos	52.340,06	54.485,08
Imputação - Realização das doações	1.042,60	1.042,60
Ganhos alienação de ativos	6.900,00	-
Donativos	34.977,69	35.174,49
Apoio Petrogal	-	10.000,00
Outros Apoios IEFP	-	2.579,22
Outros ganhos	44.106,57	30.417,17
<b>Total</b>	<b>226.403,66</b>	<b>212.508,81</b>

## 26. Outros gastos e perdas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a entidade reconheceu na rubrica "Outros gastos e perdas" os seguintes gastos:

Descrição	2014	2013
Outros Gastos e Perdas	6.972,63	3.950,16
<b>Total</b>	<b>6.972,63</b>	<b>3.950,16</b>

## 27. Gastos (reversões) Depreciações

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a entidade reconheceu os seguintes gastos com depreciações:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Propriedades de investimento - Nota 6	1.042,60	1.042,60
Ativos fixos tangíveis - Nota 5	150.503,83	150.924,28
<b>Total</b>	<b>151.546,43</b>	<b>151.966,88</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 não ocorreram reversões de depreciações.

**28. Juros e rendimentos similares obtidos**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos os seguintes Juros e rendimentos similares obtidos:

Descrição	2014	2013
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1.742,32	1.161,70
<b>Total</b>	<b>1.742,32</b>	<b>1.161,70</b>

**29. Juros e gastos similares suportados**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos os seguintes "Juros e gastos similares suportados":

Descrição	2014	2013
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	56.183,55	57.954,01
Outros gastos de financiamento - NOTA 4	14.357,33	7.986,49
<b>Total</b>	<b>70.540,88</b>	<b>65.940,50</b>

**30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**31. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Pampilhosa, \_\_ de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

A Direção

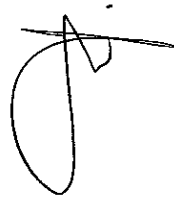
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2013

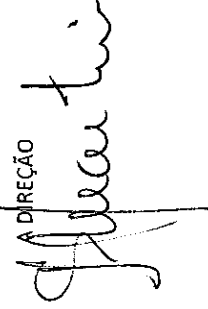
(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Intituidores					Total do capital próprio
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício		
<i>Posição no Início do Período 2013</i>	1	459.270,01	1.586.631,92	945.213,41	(59.502,32)	2.931.613,02	
Imputação aos Resultados - Subsídios ao Investimento	14	-	(54.485,08)	-	-	-54.485,08	
Doações reconhecidas no período	14	-	69.631,15	-	-	69.631,15	
Imputação aos Resultados - Doações	14	-	(1.042,60)	-	-	(1.042,60)	
Aplicação Resultado Líquido	14	-	-	(59.502,32)	59.502,32	-	
	2	-	14.103,47	(59.502,32)	59.502,32	14.103,47	
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3				(152.060,31)	(152.060,31)	
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3				(92.557,99)	(137.956,84)	
<i>Posição no Fim do Período 2013</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	459.270,01	1.600.735,39	885.711,09	(152.060,31)	2.793.656,18	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



DIREÇÃO



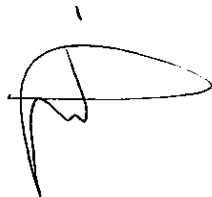

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2014

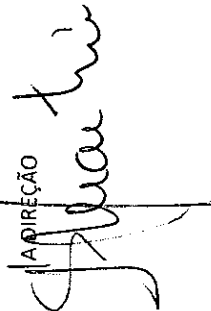
(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituídores					Total do capital próprio
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício		
<b>Posição no Início do Período 2014</b>	14	459.270,01	1.600.735,39	885.711,09	-152.060,31	2.793.656,18	
<b>Alterações no período</b>							
Regularização de Subsídios ao Investimento	14	-	-6,32	0,00	-	(6,32)	
Imputação aos Resultados - Subsídios ao Investimento	14	-	-52.333,74	-	-	(52.333,74)	
Imputação aos Resultados - Doações	14	-	(1.042,60)	-	-	(1.042,60)	
Desreconhecimento de Doações	14	-	-9.960,00	-	-	-9.960,00	
Doações do Período	14	-	8.960,00	-	-	8.960,00	
Aplicação Resultado Líquido	14	-	-	(152.060,31)	152.060,31	-	
	2	0,00	-54.382,66	-152.060,31	152.060,31	-54.382,66	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3				176.233,60	176.233,60	
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3				328.293,91	121.850,94	
<b>Posição no Fim do Período 2014</b>	14	459.270,01	1.546.352,73	733.650,78	176.233,60	2.915.507,12	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



MAI. DIREÇÃO




Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS		NOTAS	Unidade Monetária: Euros	
			PERÍODO	
			2014	2013
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</b>				
+	Recebimentos de Clientes		1.694.227,55	1.521.536,62
+	Subsidio à Exploração		1.619.224,70	1.043.553,23
-	Pagamentos a fornecedores		1.248.336,95	803.707,54
-	Pagamentos ao Pessoal		1.880.270,87	1.716.689,04
	<b>Caixa gerada pelas operações:</b>		<b>184.844,43</b>	<b>44.693,27</b>
+/-	Outros Recebimentos/Pagamentos		4.380,72	20.696,23
	<b>Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):</b>		<b>189.225,15</b>	<b>65.389,50</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
-	Activos fixos tangíveis		3.137,23	64.094,50
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
+	Activos fixos tangíveis		6.900,00	0,00
+	Juros e rendimentos similares		1.754,62	904,55
+	Dividendos		257,15	257,15
	<b>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):</b>		<b>5.774,54</b>	<b>-62.932,80</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
+	Financiamentos obtidos		20.000,00	50.000,00
+	Doações		34.977,69	34.980,31
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
-	Financiamentos obtidos		133.403,96	65.989,64
-	Juros e gastos similares		71.153,44	63.940,17
	<b>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):</b>		<b>-149.579,71</b>	<b>-44.949,50</b>
	<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>45.419,98</b>	<b>-42.492,80</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>				
	<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	13	76.121,41	118.614,21
	<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	13	121.541,39	76.121,41
	<b>Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)</b>		<b>45.419,98</b>	<b>-42.492,80</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2014	2013	Variancia
Vendas e serviços prestados		1.573.371,52	1.381.184,12	13,91%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.625.978,19	1.173.502,13	38,56%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-384.355,36	-412.300,47	6,78%
Fornecimentos e serviços externos		-714.038,91	-571.907,95	-24,85%
Gastos com o pessoal		-1.909.637,48	-1.757.038,53	-8,69%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-14.932,12	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		761,72	528,20	44,21%
Outros rendimentos e ganhos		226.391,36	250.956,94	-9,79%
Outros gastos e perdas		-6.972,63	-3.950,16	-76,52%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>396.566,29</b>	<b>60.974,28</b>	550,38%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-151.546,43	-151.966,88	0,28%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>245.019,86</b>	<b>-90.992,60</b>	369,27%
Juros e rendimentos similares obtidos		1.754,62	4.872,79	-63,99%
Juros e gastos similares suportados		-70.540,88	-65.940,50	-6,98%
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>176.233,60</b>	<b>-152.060,31</b>	215,90%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>176.233,60</b>	<b>-152.060,31</b>	215,90%

(1) - Euro

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2013

(Valores expressos em euros)

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Intituidores					Total do capital próprio
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultados transfidos	Resultado líquido do exercício		
Notas							
	<b>1</b>	459.270,01	1.586.631,92	945.213,41	(59.502,32)	2.931.613,02	
	<b>14</b>						
	<b>14</b>	-	(54.485,08)	-	-	-54.485,08	
	<b>14</b>	-	69.631,15	-	-	69.631,15	
	<b>14</b>	-	(1.042,60)	-	-	(1.042,60)	
	<b>14</b>	-	-	(59.502,32)	59.502,32	-	
	<b>2</b>	-	14.103,47	(59.502,32)	59.502,32	14.103,47	
	<b>3</b>				(152.060,31)	(152.060,31)	
	<b>4 = 2 + 3</b>				(92.557,99)	(137.956,84)	
	<b>6 = 1 + 2 + 3 + 5</b>	459.270,01	1.600.735,39	885.711,09	(152.060,31)	2.793.656,18	

Posição no Início do Período 2013

Imputação aos Resultados - Subsídios ao Investimento

Doações reconhecidas no período

Imputação aos Resultados - Doações

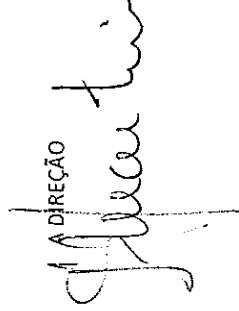
Aplicação Resultado Líquido

Resultado Líquido do Período

Resultado Integral

Posição no Fim do Período 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

DIREÇÃO  


2



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Intituidores					Total do capital próprio
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultados transferidos	Resultado líquido do exercício		
<i>Posição no Início do Período 2014</i>	14	459.270,01	1.600.735,39	885.711,09	-152.060,31	2.793.656,18	
Alterações no período							
Regularização de Subsídios ao Investimento	14	-	-6,32	0,00	-	(6,32)	
Imputação aos Resultados - Subsídios ao Investimento	14	-	-52.333,74	-	-	(52.333,74)	
Imputação aos Resultados - Doações	14	-	(1.042,60)	-	-	(1.042,60)	
Desreconhecimento de Doações	14	-	-9.960,00	-	-	-9.960,00	
Doações do Período	14	-	8.960,00	-	-	8.960,00	
Aplicação Resultado Líquido	14	-	-	(152.060,31)	152.060,31	-	
	2	0,00	-54.382,66	-152.060,31	152.060,31	-54.382,66	
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3				176.233,60	176.233,60	
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2+3				328.293,91	121.850,94	
<i>Posição no Fim do Período 2014</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	459.270,01	1.546.352,73	733.650,78	176.233,60	2.915.507,12	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO  
